

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

V.26 N. ESPECIAL

APRESENTAÇÃO

Rosana Morgado

Sheila Backx

ENSAIOS

Maria Helena Rauta Ramos

Marilda Villela Iamamoto

Lilia Guimarães Pougy

Yolanda Guerra

Sara Granemann

Fátima Grave Ortiz

ENTREVISTA

Leila Bugalho

EDIÇÃO ESPECIAL

40 ANOS DO PPGSS-UFRJ

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 26 n. ESPECIAL
2016
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 1-168	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	----------	------

PRAIAVERMELHA

Considerações sobre a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil

Fátima Grave Ortiz

Assistente social, docente e pesquisadora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma unidade e atualmente integrante da executiva nacional da ABEPSS, gestão 2015-2016, com o cargo de Coordenadora Nacional de Pós-Graduação.

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 26

n. especial

p. 147-166

2016

RESUMO

Considerando os 80 anos de Serviço Social no Brasil e os 45 anos de existência da pós-graduação na área, o artigo objetiva apresentar um breve balanço da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, bem como e principalmente indicar as posições que a ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - tem defendido e divulgado nacionalmente nos últimos anos neste campo. O artigo propõe um balanço crítico sobre o quadro da pós-graduação em Serviço Social, com destaque para as ações que a entidade tem desenvolvido em suas últimas gestões para o campo da pós-graduação, entre as quais a aprovação do Documento “Contribuição da ABEPSS para o Fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil”.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Pós-Graduação. ABEPSS. Produção do conhecimento.

INTRODUÇÃO¹

O Serviço Social completa 80 anos de existência no Brasil em 2016, tempo considerado relativamente curto se comparado a outras profissões ou áreas de conhecimento. Contudo, nestes oitenta anos, muito se tem produzido e conquistado no âmbito desta profissão e

1 O presente texto baseia-se em fala proferida em evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ em maio de 2016.

a prova disso é que também em 2016 celebramos os 70 anos de existência de nossa entidade acadêmico-científica - a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)², bem como 20 anos da aprovação das Diretrizes Curriculares em histórica assembleia da citada Associação.

O ano de 2016 é, portanto, um importante ano para a esfera da formação profissional na nossa Área, porque também lembramos que foi em 1971 que o primeiro curso de pós-graduação em nível de mestrado iniciava suas atividades no Brasil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Uma década depois - 1981 - a mesma universidade e seu Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social constituíam o primeiro curso de doutorado em Serviço Social brasileiro e latino-americano³. Celebramos, desta forma, 45 anos de existência da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, fato que nos orgulha, mas também nos desafia cotidianamente.

2 No caso da ABEPSS, criada em 1946 como ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social trata-se, como já mencionado de uma entidade de caráter acadêmico-científico, que tem por objetivo coordenar e articular o projeto de formação profissional em Serviço Social em âmbito nacional. Organiza-se a partir de uma gestão colegiada que envolve uma Executiva Nacional composta pela sua presidência, secretaria, tesouraria, coordenações nacionais de graduação e pós-graduação, representações nacionais discentes de graduação e pós-graduação e suplências da diretoria. Estrutura semelhante, porém mais enxuta, se encontra nas diversas Regionais com os cargos de vice-presidências regionais, coordenações regionais de graduação e pós-graduação e representações discentes regionais de graduação e pós-graduação, bem como representação dos supervisores de estágio. Compõem a ABEPSS as Regionais: Regional Leste (RJ, ES, MG); Regional Sul II (SP e MS), Regional Sul I (RS, SC, PR), Regional Centro-Oeste (GO, DF, MT), Regional Norte (AM, RO, RR, AC, PA, TO, PI, MA) e Regional Nordeste (BA, SE, AL, RN, PE, PB, CE). A gestão, eleita em assembleia de unidades de formação acadêmica filiadas e sócios individuais, cumpre um mandato de dois anos.

3 Os primeiros cursos de mestrado no Serviço Social concentraram-se na região sudeste nas PUC SP e RJ respectivamente. Já o curso da UFRJ, datado de 1976, consistiu no terceiro curso de mestrado em Serviço Social, mas o primeiro instalado em uma universidade pública.

Deste modo, dados os limites deste artigo, objetiva-se apresentar um breve balanço da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, bem como e principalmente indicar as posições que nossa entidade - a ABEPSS - tem defendido e divulgado nacionalmente nos últimos anos neste campo.

SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: BREVE BALANÇO E PRINCIPAIS DESAFIOS

Mesmo diante de um conjunto de desafios e dificuldades que cada vez mais se põem a profissão e a educação superior no Brasil, podemos afirmar que é inconteste o avanço do número de programas *stricto sensu* em Serviço Social e o visível processo de consolidação da pós-graduação em nossa área, a despeito de sermos ainda considerados uma pequena área em relação a outras do campo das ciências humanas e sociais. A primeira expansão da pós-graduação em Serviço Social ocorreu ainda nos anos de 1970 do século XX, quando foram criados os programas na PUC RS (1977), na UFPb (1978) e na UFPE (1979). Este processo expansivo foi retomado nos anos de 1990 e principalmente nas primeiras décadas do século XXI com a criação de mais de 20 programas.

Para se ter o entendimento real desta expansão, o Relatório de Avaliação Trienal da CAPES para a área de Serviço Social durante o triênio 2010-2012 (www.capes.org.br) apontava que de 1971 até o final dos anos de 1990 apenas 12 programas foram criados, atendendo-se para o hiato da década de 1980 quando não se identificou a criação de nenhum programa novo. Nas duas décadas em curso dos anos 2000 (de 2000 a 2016), identificamos a criação de mais 11 programas, o que aponta o crescimento em 100%, visto que o número de programas praticamente dobrou nos últimos anos, certamente produto do amadurecimento intelectual do Serviço Social, mas também das exigências postas pelos próprios processos que atravessam a universidade brasileira de um modo geral e da produção do conhecimento.

Ressalta-se, entretanto, que ainda se observa a concentração do número de programas, sobretudo de cursos de doutorado, no eixo Sul-Sudeste, o que denota a histórica assimetria presente entre as diversas regiões brasileiras. No entanto, esforços têm sido empreendidos pelos corpos docentes e de pesquisadores na construção e ampliação de novos programas e cursos de doutorados nas regiões norte e nordeste, como foi o caso da recente aprovação dos cursos de doutorado na UFPA e na UFRN.

Deste modo, possuímos hoje 32 programas de pós-graduação em Serviço Social que congregam 32 cursos de mestrado e 16 de doutorado, distribuídos da seguinte forma⁴:

REGIONAL ABEPSS	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL DE CURSOS
Norte	UFMA, FUFPI, UFPA, UFAM	UFMA, FUFPI, UFPA	M - 04 D - 03
Nordeste	UFPE, UFRN, UFAL, UECE, UEPB, UFPB, FUFSE, UEPB	UFPE, UFRN	M - 08 D - 02
Sul I	PUC-RS, UEL, UFSC, UCPEL, UNIOESTE, UFRGS	PUC-RS, UEL, UFSC	M - 06 D - 03
Sul II	PUC-SP, UNESP, UNIFESP	PUC-SP, UNESP	M - 03 D - 02
Centro oeste	UNB, PUC-GO, UFMT	UNB	M - 03 D - 01
Leste	PUC-RJ, UFRJ, UFF (Serviço Social e Desenvolvimento Regional), UFF (Política Social), UERJ, UFES, EMESCAM, UFJF	PUC-RJ, UFRJ, UFF (Política Social), UERJ, UFES	M - 08 D - 05
Totais	32	16	

4 Ressalta-se que a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), quando se refere à Área de Conhecimento, inclui os programas de pós-graduação dos cursos de Serviço Social e Economia Doméstica. Assim, a referida Área possui 34 programas, sendo a maioria de Serviço Social, visto que apenas dois situam-se em Economia Doméstica (na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e Universidade Federal de Viçosa - UFV, este último também com o curso de doutorado).

Diante desse quadro, e como afirmado linhas atrás, a área tem feito um esforço enorme para se expandir com qualidade, o que na conjuntura atual significa também se adequar às diretrizes dos órgãos de fomento e avaliação que compõem o sistema de pós-graduação - CAPES e CNPq - e a prova disso é o crescimento do número de programas e a progressão nos conceitos⁵, apesar de concentrarmos nossos programas ainda nas notas 3 e 4.

No entanto, há questões que precisamos nos fazer: qual tem sido o custo deste esforço? A que interesses respondemos efetivamente ao nos adequarmos? A avaliação hoje que é promovida pela CAPES possui como objetivo o controle dos programas por meio da adequação dos mesmos a determinados critérios (ou métricas), que ainda que tenham sido previamente discutidos entre os coordenadores dos programas da própria área nos seminários de acompanhamento da CAPES, são submetidos a análise do CTC (comitê técnico-científico da CAPES), que envolve outras áreas, e no qual o Serviço Social nem sempre tem direito a voto. Ou seja, em última análise, ainda que tenhamos algum grau de participação na construção desses critérios, a última palavra não é nossa, o que nos coloca a urgente mobilização intracategoria e para fora do Serviço Social. Trata-se de buscar alianças

5 A CAPES estabelece uma progressão nos conceitos dos programas de pós-graduação para todas as áreas que inicia com a nota 3 até a 7. A concessão dos recursos de financiamento dos programas segue a mesma lógica, ou seja, programas melhor pontuados recebem maiores percentuais de verbas de capital e custeio (o que significa maior número de bolsas para os estudantes, por exemplo). Todos os programas são aprovados e começam suas atividades com a nota 3 e devem progredir nesta escala de pontuação a cada quatro anos, objetivando sempre ascender as notas 6 e 7 consideradas de excelência. O estacionamento do programa por três avaliações consecutivas no mesmo conceito pode acarretar o descredenciamento do mesmo junto ao sistema de avaliação da CAPES e impedido, deste modo, de funcionar, assim como o retrocesso na nota de programas já conceituados gera a redução do montante de recursos recebidos por estes ao longo do quadriênio. A próxima avaliação quadrienal (2013-2016), cujos resultados sairão em 2017, deverá apontar a produtividade dos diversos programas e por conseguinte, sua pontuação, acarretando expressivas consequências, positivas ou negativas, para os programas.

com as outras áreas da Grande Área das Humanidades, que mesmo em escala particular, também vivenciam as mesmas contradições e dilemas, visto que a maioria dos programas de pós-graduação em todas as áreas em geral concentram-se em universidades públicas, sobretudo as federais, que atravessando graves crises estruturais e financeiras, cada vez possuem menos condições de apoiar seus programas de pós-graduação.

Além disso, a conjuntura contemporânea de crise tem incidido fortemente no âmbito das agências de fomento e apoio a pesquisa. Os recentes cortes nas verbas de capital e custeio dos programas pela CAPES e os constantes atrasos no repasse dos recursos colocam em xeque a excelência que as mesmas agências exigem. No entanto, se observa a prevalência do lançamento de editais voltados à formação de quadros nas empresas privadas ou ao desenvolvimento de tecnologias direcionadas aos interesses das empresas (a lei de inovação tecnológica é um bom exemplo).

Com poucos recursos e muitas exigências, o cotidiano dos programas, de suas coordenações, do corpo docente e discente tende a ser bastante tenso e com muita dificuldade de se construírem coletivamente consensos.

Entre as muitas tensões, registra-se a intensa busca pelo cumprimento dos prazos de conclusão dos cursos de pós-graduação, que tende a ser incompatível, sobretudo considerando o perfil e a relação estabelecida entre os estudantes de pós-graduação e os programas. Embora não tenhamos dados precisos, é clara a mudança do perfil dos estudantes dos diversos programas de pós-graduação em Serviço Social, que cada vez mais pauperizados, precisam se inserir no mercado de trabalho em face ao número irrisório de bolsas. Trabalhando 40 ou até 44 horas semanais, este estudante terá muita dificuldade para cumprir os prazos exigidos, pois não dispõe de condições objetivas para se dedicar exclusivamente a sua pesquisa.

Já para outros estudantes também a procura de emprego, o mestrado tornou-se uma continuação da graduação, pois proporciona o retardamento da entrada desse jovem formado no mercado com

algum conforto financeiro proporcionado pela bolsa, possivelmente concedida, sobretudo aos primeiros colocados. Em muitos casos, os estudantes submetem-se a seleção de vários programas com áreas de concentração geralmente distintas como se estivessem concorrendo a um vestibular. Situação semelhante se aplica ao doutorado. Muitos candidatos não possuem interesse de pesquisa previamente definido, as pesquisas geralmente não decorrem de investimento pretérito (muitos trabalham e o título de doutor consiste em mais um certificado para progressão na instituição em que trabalham ou para ingresso no mercado, sobretudo na docência).

Com este quadro, os prazos (30 meses para mestrado e 48 para doutorado) e demais exigências voltadas à realização das pesquisas e da publicação de seus resultados tendem a não corresponder à objetividade do real. Contudo, tais dilemas postos tendem a se naturalizar no cotidiano de muitos programas de pós-graduação e sua contradição central - a ascensão do grau da exigência e o declínio das condições de sua execução - tende a se subsumir em decorrência das necessidades postas pelo próprio processo de avaliação quadrienal que avalia o programa em relação ao cumprimento das métricas.

Identifica-se, ademais, outra tensão no cotidiano dos programas de pós-graduação que refere-se a necessidade progressiva dos índices de produtividade dos programas e seus sujeitos, docentes e discentes, para o alcance dos critérios exigidos pela avaliação. Os programas e seus pesquisadores têm tentado responder a estas exigências, mas observa-se que esta produção, resultado do conjunto das pesquisas dos grupos de estudo presentes e constituídos por integrantes dos programas, ainda é majoritariamente isolada e endógena. Há profícuas experiências de programas que estão tentando articular suas pesquisas por meio dos editais PROCADS (programa nacional de cooperação acadêmica da CAPES), mas ainda são poucas as iniciativas por várias razões. A limitação e a concorrência dos editais em função dos cortes de recursos, a sobrecarga de trabalho e a conseqüente indisponibilidade dos docentes e pesquisadores, sem dúvida, são fatores que incidem sobre este tímido número de experiências e iniciativas.

Contudo, cabe aqui também uma reflexão: produtividade, que nada tem a ver com produtivismo, exige dedicação e investimento dos pesquisadores, o que por sua vez necessita de recursos. Possuímos cerca de 70 bolsas de produtividade CNPq, que atende a um número muito reduzido de pesquisadores e professores do Serviço Social, inclusive entre aqueles que integram programas de pós-graduação⁶. Sem recursos financeiros, com sobrecarga de trabalho e urgência dos prazos, é muito difícil se fazer pesquisa. Ao contrário, o resultado de todo esse processo tem se revelado no crescimento de inúmeros casos de esgotamento físico e mental dos professores, com afastamentos médicos para tratamento, como têm demonstrado algumas pesquisas.

Certamente este não é um quadro vivenciado apenas pelos programas de pós-graduação em Serviço Social, mas pela pós-graduação brasileira de um modo geral e do campo das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas em particular, que não respondem diretamente as necessidades da acumulação capitalista, traduzida atualmente aos programas de pós-graduação como a necessidade de “inovação tecnológica”, que deve ser perseguida pela ciência brasileira, seus pesquisadores e agências de fomento à pesquisa.

Neste sentido inclusive, Guerra (2011) nos chama atenção para a existência da Lei de Inovação Tecnológica de 2004, que segundo ela:

busca promover a inovação por meio da articulação entre os diversos setores, visa uma maior interação entre universidade/empresa e a participação de pesquisadores no desenvolvimento de novas tecnologias sempre direcionadas às empresas. Esta lei prevê a participação docente na captação de recursos no mercado oferecendo serviços de inovação tecnológica, convertendo-se em empreendedor, mero prestador de serviço ao mercado e/ou captador de recursos.

6 Dados disponíveis no site do CNPq (www.cnpq.br) informam que no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, do grupo de 41 docentes que integram o programa, apenas 4 deles possuem bolsas de produtividade em pesquisa.

A vigência desta lei explicita a política de pós-graduação perfeitamente adequada e atrelada aos interesses da política industrial brasileira (bem como aos do comércio exterior) para o que a área das ciências sociais aplicadas, com sua entonação crítica a esta política, pouco tem a contribuir. (GUERRA, 2011, p.138)

Confirmando esta orientação formal prevista na lei supracitada, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 destaca algumas áreas e projetos que devem ser priorizados em termos de alocação de recursos das agências de fomento: os programas de pós-graduação à distância, os mestrados profissionais, os projetos voltados às áreas consideradas estratégicas como o agronegócio, recursos hídricos e energéticos, segurança pública, mobilidade urbana entre outras, projetos interdisciplinares, internacionais ou que expressem cooperação internacional.

É claro, portanto, que as prioridades para a pós-graduação brasileira são outras e bastante diferentes de qualquer forma de conhecimento que interesse diretamente a classe trabalhadora e seu processo de emancipação. Do ponto de vista dos campos do saber, tais prerrogativas previstas na Lei de Inovação Tecnológica e no próprio Plano Nacional de Pós-Graduação tendem a não privilegiar as pesquisas da área das Humanidades (fato inclusive flagrante quanto ao tímido número de editais voltados para a área e montante de recursos envolvidos), o que exige a organização coletiva deste campo. Neste sentido, o fortalecimento de esferas como o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (Fórum CHSSA) é fundamental.

A ABEPSS E A PÓS-GRADUAÇÃO

Dentre as diversas atribuições da ABEPSS está o apoio aos Programas de Pós-Graduação a partir de sua articulação política e acadêmica⁷. Com esta perspectiva, a entidade criou, em sua gestão

7 Ressalta-se aqui que regimentalmente cabe a coordenação nacional de

2009-2010, o Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação da ABEPSS, que se configura enquanto uma instância de organização especialmente política em que participam os coordenadores de programas de pós-graduação da área de Serviço Social, professores, pesquisadores e discentes interessados em refletir sobre a pós-graduação, e principalmente em discutir estratégias para as dificuldades e dilemas que envolvem este nível da formação acadêmica, bem como constituir e amadurecer posições políticas coletivas.

Consideramos, neste sentido, que o Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação da ABEPSS consiste em um espaço extremamente profícuo e revelador, que deve ser estimulado pela gestão da entidade e pelos coordenadores e integrantes dos diversos programas de pós-graduação da área⁸.

pós-graduação da ABEPSS: “I – incentivar e apoiar as iniciativas de criação e/ou consolidação dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social; II – propor mecanismos de formação e consolidação de grupos de pesquisa nas Unidades de Formação Acadêmica na área de Serviço Social; III – promover a articulação dos grupos temáticos de pesquisa e pesquisadores da área de conhecimento do Serviço Social; IV – incentivar a articulação da área de Serviço Social com áreas de conhecimento afins; V – criar mecanismos e estratégias para veiculação das pesquisas e informações de interesse dos pesquisadores da área de Serviço Social; VI – contribuir para organização e atualização de um sistema de informações da produção de conhecimento na área de Serviço Social; VII – captar recursos nas agências de fomento nacionais e internacionais para o desenvolvimento das atividades de pós-graduação e pesquisa da entidade; VIII – organizar e manter atualizado um cadastro de grupos de pesquisa, pesquisadores e pesquisas, por temáticas, já produzidas ou em andamento na área do Serviço Social; IX – manter um canal permanente de comunicação com os Programas de Pós-Graduação, tendo por objetivo elaborar e acompanhar a política de ensino e pesquisa da pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil; X – organizar e coordenar os eventos acadêmico-científicos da pós-graduação em Serviço Social de competência da ABEPSS em âmbito nacional; XI – incentivar a formação e o cadastramento de grupos e redes de pesquisa na área de Serviço Social nos órgãos de fomento”. (www.abepss.org.br)

8 Na gestão da ABEPSS 2015-2016, o Fórum teve a oportunidade de se reunir em duas ocasiões - agosto e novembro de 2015, bem como realizou reuniões

Deste modo, dando prosseguimento as ações de apoio e mobilização, a ABEPSS, assessorada por grupo de trabalho composto por especialistas da área, constituiu o Documento intitulado “Contribuição da ABEPSS para o Fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil”. Criado na gestão 2013-2014, o referido Documento objetiva apoiar e contribuir com o fortalecimento dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, apresentando a posição da entidade em vários aspectos relevantes para a expansão da área e principalmente para a afirmação da direção social que pretendemos fortalecer para nossa pesquisa e ensino pós-graduado.

Objetivando sempre dar continuidade as ações exitosas das gestões anteriores da ABEPSS, a gestão 2015-2016 vem promovendo o aprofundamento do Documento a partir da realização das reuniões do Fórum anteriormente citado. Assim, trata-se de “documento sistemático da entidade dirigido exclusivamente ao universo da pós-graduação *stricto sensu*”(ABEPSS, 2015, p.2), que além de realizar uma ampla análise da conjuntura contemporânea e seus impactos sobre a pós-graduação brasileira de um modo geral, também aponta alguns desafios que precisam ser enfrentados pelo Serviço Social.

No que se refere à conjuntura da pós-graduação, o Documento indica que

as diretrizes gerais e metas atuais para os programas de pós-graduação no Brasil, giram em torno de eixos programáticos, e dentre estes se destacam: interdisciplinaridade, internacionalização (incentivo aos Intercâmbios entre universidades brasileiras e os EUA, América Latina e Central e outros continentes), pós-graduação *lato sensu* a distância, mestrados profissionais interdisciplinares com financiamento público. (ABEPSS, 2015, p.10)

Diante deste cenário, o Documento apresenta as posições e reflexões da ABEPSS em alguns aspectos centrais, os quais se destacam:

localizadas com coordenadores de programas de pós-graduação das regionais Sul I, Nordeste e Norte.

a necessária solidariedade entre os programas de pós-graduação; a reflexão crítica sobre as exigências postas pelas agências de fomento à pesquisa e a tendência ao produtivismo; a articulação entre graduação e pós-graduação e a internacionalização das ações da pós-graduação.

Desta forma, quanto ao primeiro aspecto, para ABEPSS é importante que os diversos programas de pós-graduação da área se apoiem mutuamente, rompendo com o “individualismo acadêmico” e o isolamento de pesquisas e pesquisadores. A solidariedade entre os programas é muito importante, sobretudo em conjunturas tão adversas. O documento da ABEPSS, neste sentido, destaca a estratégica identificação dos núcleos e grupos de pesquisa e seus interesses comuns como meio de aproximação dos programas de pós-graduação e de estímulo à constituição de redes de pesquisa.

Nesta direção, a gestão 2010-2011 da ABEPSS criou os Grupos Temáticos de Pesquisa - GTP⁹, cujos objetivos, entre outros, devem ser atuar como uma “[...] estratégia coletiva de fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social, bem como de resistência contra o produtivismo, a pressão e o isolamento dos pesquisadores, mediante a coletivização dos debates de ponta e a indicação dos temas relevantes para a área” (ABEPSS, 2012, p.9).

9 Conforme ABEPSS (2012, p.10) “[...] os Grupos Temáticos de Pesquisa mostram-se como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento. Organizando-se em torno de pesquisadores das áreas de Serviço Social e afins, os Grupos Temáticos de Pesquisa congregam especialistas para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e de demandas das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa, como o próprio nome já o indica, são formados por pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, para tratarem de temas de relevância social. Esses grupos têm vida própria e autonomia, mas estão vinculados organicamente à ABEPSS.”

Além de iniciativas como a articulação dos GTP, o Documento também aponta a importância de iniciativas como os PROCAD (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica), a realização de propostas de MINTER (Mestrado Interinstitucional) e DINTER (Doutorado Interinstitucional) como possibilidades de aproximação e fortalecimento dos projetos e grupos de pesquisa, bem como de implicação dos programas de pós-graduação na formação continuada do corpo docente da área.

A consolidação de redes e grupos interinstitucionais de pesquisa constitui-se, neste sentido, importante estratégia em face ao isolamento e produtivismo acadêmico, que conforme o Documento supracitado tende a desqualificar a área. Assim,

A ABEPSS compreende que produzir conhecimento remete ao domínio de teorias sociais, da dinâmica do desenvolvimento capitalista atual e da análise dos fenômenos sociais. Reconhece que a maioria da produção científica do Serviço Social brasileiro revela o empenho acadêmico de profissionais (docentes/discentes) em pesquisar, qualificar a área e desvelar a sociabilidade contemporânea e os desafios para o Serviço Social. Salienta que o estilo e a dinâmica da pesquisa na área das ciências humanas e sociais demandam tempo e dedicação, e que a qualidade da produção requer uma análise criteriosa. A entidade esclarece que o produtivismo, de modo distinto, corresponde à produção e à publicação desenfreada sem critérios de qualidade e seriedade acadêmica, apenas para responder às requisições quantitativas das agências de fomento, a partir de uma métrica artificial nos currículos. O produtivismo superficializa as produções, pois leva à produção descritiva de processos pela pressão dos resultados. (ABEPSS, 2015, p.17)

Além da necessária solidariedade institucional e do combate ao produtivismo, o Documento destaca também o incentivo à realização de ações que expressem a internacionalização. No entanto, o Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da ABEPSS, reunido em novembro de 2015, apontou que

a internacionalização se põe como uma necessidade do projeto ético-político profissional do Serviço Social e neste, do projeto de formação profissional. Assim, perseguir a internacionalização nas ações não deve se justificar apenas em função das exigências das agências de fomento, como a CAPES, mas significa envidar esforços no sentido de fortalecer nossa direção social estratégica, crítica, com claro posicionamento de classe e vinculada a defesa de valores emancipatórios. (ABEPSS, 2015, p.19)

Assim, internacionalizar significa atender uma demanda do próprio projeto ético-político, e neste o projeto de formação profissional, tendo em vista que é absolutamente importante o aprofundamento da direção social estratégica contida no projeto profissional. Ou seja, precisamos nos internacionalizar. Internacionalizar nossas propostas, nosso perfil profissional, nossas perspectivas ideológicas e teórico-metodológicas, porém não nos termos que as agências de fomento à pesquisa nos impõe. Ao contrário, compartilhamos com Amaral (2012) o entendimento que devemos construir propostas de internacionalização que interessem efetivamente ao Serviço Social brasileiro e ao enraizamento de seu projeto profissional, o que nos indica a necessidade de buscar alianças acadêmicas com universidades e grupos de pesquisa fora do circuito “primeiro-mundista”, negando desta forma, a tendência apontada pelas agências de fomento.

Além disso, compartilhamos indubitavelmente com Amaral (2012) que,

a internacionalização não depende de um ato de vontade dos programas, mas de situações objetivas que permitem a estes, de forma coletiva, ter acesso às condições que vão desde o aporte de recursos, apoio institucional para realizar articulações internacionais, definição de política interna das universidades/programas em relação às áreas e parceiros prioritários, até a indução de editais para consolidar as iniciativas de internacionalização. (AMARAL, 2012, p. 234)

Assim, além da defesa da solidariedade entre os programas, do combate ao produtivismo e isolamento acadêmico e do reconhecimento

da internacionalização como estratégia de fortalecimento do projeto ético-político, o Documento também ratifica a orgânica relação entre a graduação e a pós-graduação.

Desde os anos 80, quando a pós-graduação brasileira em Serviço Social recebeu os influxos da renovação profissional, observa-se que muito ela (a pós-graduação) tem incidido sobre a formação profissional a partir da inserção de novos professores nos quadros dos programas de pós, em muitos casos, alterando completamente sua direção social e política. Muitos desses quadros próximos a tradição marxista e ao pensamento marxiano oxigenaram a produção bibliográfica e as pesquisas em geral, trazendo importantes contribuições a formação profissional e ao exercício da profissão como um todo. Tais programas formaram quadro valioso de professores e pesquisadores que ampliaram nosso acervo bibliográfico, incidindo positivamente sobre nossa produção de conhecimento; integraram nossas entidades, contribuindo decisivamente para seu desenvolvimento; aprimoraram nosso debate com as demais profissões de outras áreas. Nossos programas receberam os aportes de outras áreas do conhecimento, mas também geraram conhecimento utilizado por outras Áreas (as pesquisas no campo da política social, por exemplo, são emblemáticas, nesta direção).

Deste modo, nossa pós-graduação emerge a partir de problemas (mais tarde transformados em objetos de pesquisa) postos pela profissão e sua ação cotidiana no universo institucional. Sua relação orgânica com a esfera do ensino de graduação nasce desta autoimplicação. O exercício e a formação profissional trazem problemas e processos que se tornam objetos de pesquisa desenvolvida em larga escala pela pós-graduação, que fazendo o caminho de volta, retroalimenta os debates e reflexões da categoria profissional e suas entidades. Com efeito, a articulação entre graduação e pós-graduação é inexorável e necessária, não somente porque esta contribui com a formação docente daquela, mas principalmente porque tem sido esta relação (entre graduação e pós-graduação) que anima e fundamenta a produção de conhecimento. É por isso, inclusive, que diferente de

outras áreas do campo das ciências humanas e sociais, a ABEPSS é a única entidade que congrega os dois níveis de formação - graduada e pós-graduada.

Ratificando este entendimento, o Documento indica a necessidade de

[...] organização de fóruns regionais de graduação e pós-graduação com pauta e discussões unificadas; o investimento em núcleos e grupos de pesquisa que envolvam docentes e discentes de graduação e pós-graduação; a organização de eventos conjuntos voltados à apresentação de trabalhos científicos da graduação e pós-graduação; investimento em veículos de divulgação da produção intelectual (livros, artigos, comunicações científicas) envolvendo docentes e discentes da graduação e pós-graduação; envolvimento dos docentes e discentes com as pesquisas da Iniciação Científica/PIBIC; realização de estágio de docência, o que possibilita a participação dos mestrandos e doutorandos em disciplinas no âmbito da graduação em Serviço Social; e a implementação de atividades de extensão na graduação [...] que articulem graduação e pós-graduação. (ABEPSS, 2015, p.16)

Entende-se como fundamental assim “[...] a necessidade de incorporação, pelos programas de pós-graduação da área, sobretudo daqueles cuja área básica é o Serviço Social, das Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS, ou seja, dos conteúdos referentes aos três núcleos da formação profissional e da direção social que a constitui” (ABEPSS, 2015, p.16), garantindo, desta forma, a articulação de tais fundamentos nas linhas de pesquisa e disciplinas oferecidas nos diversos programas de pós-graduação, sobretudo aqueles cuja área básica é o Serviço Social.

CONCLUSÕES

Podemos afirmar que o projeto de formação profissional inscreve-se no âmbito de um determinado projeto profissional, que comumente chamamos de projeto ético-político. Situa-se, desta maneira, como um dos resultados de um processo que já dura algumas décadas,

que tem seu nascedouro no contexto de renovação profissional. Esta intenção de renovação percebida há algumas décadas, mas precisamente desde o início dos anos de 1980, tem se afirmado tanto no exercício profissional, quanto no âmbito da organização política da categoria profissional. Nossas entidades - ABEPSS, Conjunto CFESS/ CRESS e ENESSO - têm tentado trilhar um caminho profícuo e sólido na afirmação de uma direção social estratégica, que vincula o Serviço Social e seu profissional à defesa de direitos sociais e à construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo.

Muitas iniciativas têm se constituído nesta direção e têm claramente afirmado um projeto profissional que possui um forte compromisso com valores e princípios emancipatórios. Estes valores e princípios podem ser especialmente identificados no Código de Ética Profissional dos assistentes sociais, nas Diretrizes Curriculares que orientam a formação destes profissionais e também em vários outros documentos que afirmam e adensam este conjunto de valores.

As Diretrizes, por exemplo, encarnam um projeto profissional que tem como objetivo formar um profissional, cujo perfil é aquele que

[...] atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABESS, 1997, p.13)

As Diretrizes Curriculares indicam a formação de um profissional com este perfil e que deste modo, seja capaz de: 1. apreender criticamente os processos sociais; 2. analisar o movimento histórico da sociedade brasileira e das particularidades do capitalismo instaurado por aqui; 3. entender qual é o significado social e político desta profissão e a que demandas ela deve responder e por quê. Enfim, tais

Diretrizes devem, a partir das matérias e conteúdos contidos em seus Núcleos de Fundamentação, indicar a formação de um profissional capaz de entender suas limitações como trabalhador assalariado, mas principalmente identificar suas potencialidades. As Diretrizes devem, neste sentido, pautar uma formação que revele as diversas dimensões desta profissão: seja ela, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, além de afirmar também um determinado perfil de intelectual capaz de produzir conhecimento, a partir da reflexão crítica sobre os fenômenos e processos sociais. Este conhecimento, proporcionado em larga medida, pela entrada desses profissionais nos diversos programas de pós-graduação, tem sido, inclusive, difundido, em outros países como os latino-americanos, alargando a base do conhecimento crítico.

Com efeito, estas Diretrizes Curriculares encarnam o projeto de formação profissional que a ABEPSS tem defendido arduamente nos últimos tempos, considerando as dificuldades postas pela grave crise por que passam as universidades e a educação superior pública. Articulado a essa condição de crise, observamos profundo processo de precarização e mercantilização da educação superior. Tudo isso incide decisiva e negativamente sobre um projeto de formação profissional como o nosso e a pós-graduação de várias formas.

É clara a disputa de diversos projetos de universidade, engendrando inflexões para a formação em Serviço Social no Brasil e a pós-graduação em particular. Inflexões, que por exemplo, geram sistemas de avaliação que não avaliam efetivamente tanto na graduação quanto na pós. Tanto o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) quanto o Sistema de Avaliação promovido pela CAPES geram o ranqueamento de cursos e programas, uma vez que atribuem notas ao rendimento institucional, incidindo diretamente sobre a disponibilidade dos recursos e das bolsas.

A tendência à formação aligeirada, condizente com o padrão flexível de acumulação, é percebida tanto na graduação quanto na pós-graduação, pautada no desenvolvimento de competências e na capacidade de “adaptabilidade” dos estudantes a grande característica

deste modelo de formação. A concepção de mestrados profissionais tem nesta perspectiva um de seus principais fundamentos. Deste modo, a crise e as prerrogativas para seu enfrentamento presentes na graduação, também atingem a pós-graduação, exigindo de cada um de nós, docentes, pesquisadores, discentes e entidades, um posicionamento firme e organizado.

Com efeito, em oitenta anos de existência do Serviço Social no Brasil e a partir destes quarenta e cinco de pós-graduação, muito já tem sido feito, mas sem dúvida ainda haverá muito o que se fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Angela Santana. A Política Nacional de Pós-Graduação e suas relações com o Serviço Social, *Revista Katalysis*, v.15, n. 2, Florianópolis, 2012, pp. 230-238.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil*, Brasília, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP)*, Brasília, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL (ABESS). Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, *Cadernos Abess*, n.7, São Paulo: Cortez editora, 1997.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Documento de Área 2013, Brasília, 2013. Disponível em www.capes.gov.br acesso em 22 de setembro de 2016.

GUERRA, Yolanda D. A. Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Revista Temporalis*, n.22, Brasília, 2011 pp. 125-158.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Rosana Morgado

Sheila Backx

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo Montañó Barreto, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF), Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de

Medeiros (CPDA/UFRRJ), Lígia Silva Leite (UERJ), Lília Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfírio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)